

Organizadores:  
**Fernando Alcântara Castelo**  
**Luiz Henrique Sormani Barbugiani**



Coordenador:  
**Luiz Henrique Sormani Barbugiani**

# **VISÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE DIREITO PÚBLICO:**

## **ESTUDOS EM HOMENAGEM AOS 75 ANOS DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

### **Autores:**

Adriane Garcel  
Alfredo de Assis Gonçalves Neto  
Alice Silveira de Medeiros  
Clayton Maranhão  
Clayton Reis e Guilherme Alberge Reis  
Clèmerson Merlin Clève  
Eduardo de Oliveira Leite  
Eduardo Talamini  
Eros Roberto Grau  
Fabiana Yamaoka Frare  
Fernando Alcântara Castelo  
Francisco Amaral  
Geroldo Augusto Hauer  
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho  
Jorge de Oliveira Vargas  
José Laurindo de Souza Netto  
Karen Paiva Hippert  
Luiz Antonio Câmara  
Luiz Guilherme Marinoni  
Luiz Henrique Sormani Barbugiani  
Maria Marta Renner Weber Lunardon  
Maria Misue Murata  
Maurício Kuehne  
Oscar Valente Cardoso  
Marcelo Alberto Gorski Borges  
Rogéria Dotti  
Thiago Simões Pessoa  
Vicente de Paula Ataíde Junior  
Vicente Martins Prata Braga  
Victor Augusto Lima de Paula



**HABITUS**

**Florianópolis**  
**2022**



Copyright© 2022 by Fernando Alcântara Castelo & Luiz Henrique Sormani Barbugiani

Produção Editorial: Habitus Editora

Editor Responsável: Israel Vilela

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

As ideias e opiniões expressas neste livro são de exclusiva responsabilidade dos Autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta Editora.

Os autores de cada um dos capítulos deste livros são os únicos responsáveis por suas palavras, opiniões e pensamentos, não representando a opinião da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná, do coordenador, dos organizadores da presente obra e da editora, em atenção ao respeito à liberdade de pensamento em vigor no Estado democrático de Direito condição inerente à autonomia acadêmica.

## CONSELHO EDITORIAL:

**Alceu de Oliveira Pinto Junior**

UNIVALI

**Antonio Carlos Brasil Pinto** *(In memoriam)*

UFSC

**Cláudio Macedo de Souza**

UFSC

**Dirajaia Esse Pruner**

UNIVALI – AMATRA XII

**Edmundo José de Bastos Júnior**

UFSC- ESMESC

**Elias Rocha Gonçalves**

IPEMED – SPCE Portugal – ADMEE Europa – CREFAL Caribe

**Fernando Luz da Gama Lobo D'Eça**

IES – FASC

**Flaviano Vetter Tauscheck**

CESUSC-ESA-OAB/SC

**Francisco Bissoli Filho**

UFSC

**Geyson Gonçalves**

CESUSC - ESA OAB/SC

**Gilsiene Passon P. Francischetto**

UC (Portugal) – FDV/ES

**Horácio Wanderlei Rodrigues**

UFSC/ FURG

**Jorge Luis Villada**

UCASAL - (ARGENTINA)

**José Sérgio da Silva Cristóvam**

UFSC

**Juan Carlos Vezzulla**

IMAP (Portugal)

**Juliano Keller do Valle**

UNIVALI - ESA OAB/SC

**Lauro Ballock**

UNISUL

**Marcelo Gomes Silva**

UFSC - ESMPS

**Marcelo Buzaglo Dantas**

UNIVALI

**Nazareno Marcineiro**

Faculdade da Polícia Militar de Santa Catarina

**Paulo de Tarso Brandão**

UNIVALI

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C349v

CASTELO, Fernando Alcântara; BARBUGIANI, Luiz Henrique Sormani  
Visões Contemporâneas sobre Direito Público: estudos em homenagem aos  
75 anos da Procuradoria Geral do Estado do Paraná / Alfredo de Assis  
Gonçalves...[et al.]; Organizadores: Fernando Alcântara Castelo & Luiz  
Henrique Sormani Barbugiani; Coordenador: Luiz Henrique Sormani Barbugiani

1ª ed. – Florianópolis: Habitus, 2022.

432 p.; 15,5x22,5 cm

ISBN 978-65-89866-62-6

1. Direito Público 2. Direito Contemporâneo 3. Procuradoria Geral do  
Estado do Paraná - Brasil I. Título

CDU 341.3

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e seus §§ 1º, 2º e 3º, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Habitus Editora  
[www.habituseditora.com.br](http://www.habituseditora.com.br) – [habituseditora@gmail.com](mailto:habituseditora@gmail.com)

**HABITUS**

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

## PREFÁCIO

Foi com grande satisfação que recebi o convite para prefaciara obra “*Visões contemporâneas sobre o Direito Público: estudos em homenagem aos 75 anos da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná*”, coordenada pelo Doutor Luiz Henrique Sormani Barbugiani, a qual congratula uma instituição pública de renome nacional, dada a missão constitucional que desempenha e a competência dos seus membros integrantes.

O coordenador é Procurador do Estado do Paraná e, atualmente, exerce a função de Diretor de Estudos Jurídicos da Associação do referido órgão, mas sua carreira registra passagens como Procurador-chefe da Coordenadoria de Estudos Jurídicos, Procurador-chefe da Coordenadoria Judicial e Conselheiro do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, todos do Paraná. Na sua trajetória acadêmica, Luiz Henrique Sormani Barbugiani é Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo, Doutor em *Administración Hacienda y Justicia en el Estado Social* e Mestre em Antropologia pela Universidade de Salamanca, merecendo destaque o recente título de Pós-Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Essa plúrima formação permitiu ao coordenador reunir juristas e pesquisadores de renome cujo resultado, que ora tenho o privilégio de preludear, consiste em um belíssimo estudo multidisciplinar que entrelaça o direito público e o direito privado, ante as diversas vicissitudes, e apresenta possíveis soluções acerca de assuntos com grande repercussão no meio jurídico atual.

A edição conta com a apresentação feita pelo Presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná, Fernando de Alcântara Castelo, e é composta por vinte e seis capítulos, os quais abordam as mais variadas temáticas:

O primeiro capítulo, *SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL*, de autoria de Alfredo de Assis Gonçalves Neto, faz considerações alusivas à aplicabilidade do instituto da insolvência a esse tipo societário.

O segundo capítulo, *JUSTIFICAÇÃO EXTERNA DA DECISÃO JUDICIAL E STANDARD PROBATÓRIO*, de autoria de Clayton Maranhão, ressalta a importância do direito processual para a prestação jurisdicional.

O terceiro capítulo, *A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E SOCIAIS EM RAZÃO DA PROPAGAÇÃO DE FAKE NEWS COMO UMA DAS FORMAS DE DEFESA DO CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO LIBERAL*, de autoria de Clayton Reis e Guilherme Alberge Reis, enfrenta questão de

relevância no atual cenário social e político do nosso país.

O quarto capítulo, *A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL*, de autoria de Clèmerson Merlin Clève, discorre sobre um dos remédios constitucionais mais utilizados na defesa dos direitos fundamentais do povo brasileiro.

O quinto capítulo, *LEI DA PALMADA OU, A INTERFERÊNCIA DO PODER PÚBLICO NO AMBIENTE FAMILIAR*, de autoria de Eduardo de Oliveira Leite, pondera aspectos acerca desse polêmico e contemporâneo assunto, sob o viés do direito de família.

O sexto capítulo, *CONFLITO ENTRE COISAS JULGADAS: PREVALÊNCIA DA SEGUNDA, QUANDO NÃO RESCINDIDA*, de autoria de Eduardo Talamini, trata de uma das questões mais discutidas no âmbito do direito processual.

O sétimo capítulo, *AINDA A PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA*, um ensaio de autoria do Ministro Eros Roberto Grau, contempla uma reflexão que deve ser feita por todos os operadores do direito.

O capítulo oitavo, *DESAFIOS DA ADVOCACIA PÚBLICA NA DEFESA DE POLÍTICA PÚBLICA IMPLEMENTADA DENTRO DA RESERVA DO POSSÍVEL: DEVER DE PAGAR DO ESTADO NA ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA: “CHEQUE EM BRANCO?”*, de autoria de Fabiana Yamaoka Frare e Maria Misue Murata, abarca uma temática com diversos reflexos na Administração Pública em geral.

O capítulo nono, *REMESSA NECESSÁRIA DE DECISÕES PARCIAIS DE MÉRITO PROFERIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO*, de autoria de Fernando Alcântara Castelo, apresenta outro instituto de relevância para o direito processual civil.

O capítulo décimo, *O PODER DAS CIÊNCIAS BIOMÉDICAS: OS DIREITOS HUMANOS COMO LIMITE*, de autoria de Francisco Amaral, enfrenta aspectos destacados que envolvem a saúde e o direito.

O décimo primeiro capítulo, *APLICAÇÃO DA ANALOGIA NAS QUESTÕES TRIBUTÁRIAS*, um ensaio de autoria de Geroldo Augusto Hauer, discorre sobre como esse instrumento interpretativo pode ser usado nas demandas fiscais.

O décimo segundo capítulo, *OS ILÍCITOS PENAIS E ADMINISTRATIVOS SÃO IGUAIS OU DIFERENTES? (O BEM JURÍDICO TUTELADO NOS ATOS DE IMPROBIDADE E O FANTASMA DE MANZINI)*, de autoria de Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Alice Silveira de Medeiros, analisa o assunto com ponderações instigantes alusivas ao direito administrativo e ao direito penal.

O décimo terceiro capítulo, *O REENCONTRO DO NOSSO ORDENAMENTO JURÍDICO COM A JUSTIÇA. SERÁ?* de autoria de Jorge de Oliveira Vargas, apresenta elementos de hermenêutica e de direito processual.

O décimo quarto capítulo, *O PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA MATERIALIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA EM TEMPOS DE CRISE: ENTRAVES E PERSPECTIVAS*, de autoria de José Laurindo de Souza Netto, Karen Paiva Hippert e Adriane Garcel, propõe uma análise de questões essenciais acerca da incorporação das novas ferramentas eletrônicas pelo Poder Judiciário.

O décimo quinto capítulo, *TRABALHO ESCRAVO OU FORÇADO: UMA IGNOMÍNIA DO SÉCULO XXI, A TUTELA JURÍDICO-PENAL DA LIBERDADE E A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DO EMPRESÁRIO*, de autoria de Luiz Antônio Câmara, desenvolve o assunto sob a perspectiva dos direitos humanos.

O capítulo décimo sexto, *SOBRE A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL*, de autoria de Luiz Guilherme Marinoni, é um percuciente estudo hermenêutico.

O capítulo décimo sétimo, *UM ENSAIO SOBRE AS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA PÚBLICA NA ERA CONTEMPORÂNEA*, de autoria de Luiz Henrique Sormani Barbugiani, revela uma pertinente preocupação com as garantias da advocacia pública e sua evolução.

O décimo oitavo capítulo, *DESJUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NECESSIDADE DE MODERNIZAÇÃO DAS PROCURADORIAS E CONSULTORIAS EM TODAS AS ESFERAS*, de autoria de Maria Marta Renner Weber Lunardon, relata pontos que devem ser apreciados com atenção pelo Poder Judiciário e pela Administração Pública.

O décimo nono capítulo, *O JUIZ E A EXECUÇÃO PENAL*, de autoria de Maurício Kuehne, é um estudo destacado no âmbito do processo penal.

O vigésimo capítulo, *PUBLICIDADE PROCESSUAL E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS*, de autoria de Oscar Valente Cardoso, apresenta peculiar relevância em face das recentes leis sobre essa matéria, aprovadas pelo Congresso Nacional.

O vigésimo primeiro, *REFORMA ADMINISTRATIVA – UMA BREVE ANÁLISE DO SEU CONTEÚDO. UMA CONTRARREFORMA?* de autoria de Marcelo Alberto Gorski Borges, evidencia a preocupação do pesquisador acerca das recentes discussões sobre a matéria, no Poder Legislativo.

O vigésimo segundo capítulo, *TUTELA DA EVIDÊNCIA: POR QUE NÃO DECIDIR COM BASE NAQUILO QUE NORMALMENTE ACONTECE?* de autoria de Rogéria Dotti, pondera a questão de interesse processual, que deve ser permanentemente enfrentada pelo Poder Judiciário.

O vigésimo terceiro capítulo, INSTRUMENTOS DE COLETIVIZAÇÃO DA DECISÃO E A TUTELA EFICIENTE DOS INTERESSES FAZENDÁRIOS, de autoria de Thiago Simões Pessoa, além de abordar aspectos do direito processual, promove uma análise acerca da uniformização dos pronunciamentos jurisdicionais.

O vigésimo quarto capítulo, OS PRINCÍPIOS DO DIREITO ANIMAL BRASILEIRO A PARTIR DA TEORIA DOS PRINCÍPIOS DE HUMBERTO ÁVILA, de autoria de Vicente de Paula Ataíde Junior, consiste em uma reflexão vanguardista sobre a temática.

O vigésimo quinto capítulo, O ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL: OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO, de autoria de Vicente Martins Prata Braga, apresenta um exame atual em relação à acessibilidade dos indivíduos a uma tutela judicial efetiva.

Finalmente, o vigésimo sexto, RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA TERCEIRIZAÇÃO: REFLEXOS DO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 760.931, de autoria de Victor Augusto Lima de Paula, aborda não só questões de direito trabalhista, como também direito administrativo, de interesse da Administração Pública.

Como se vê, os trabalhos acima transitam pelas mais diversificadas áreas do Direito, explorando e elucidando indagações que, caso ainda não enfrentadas, não tardam a serem submetidas à jurisdição, razão pela qual é possível assegurar que este livro representa valiosa contribuição como fonte de consulta para os profissionais do Direito em geral, sejam eles Procuradores, Magistrados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, Advogados, Auxiliares da Justiça, Estudantes, e mesmo para todo e qualquer interessado em conhecer e aprofundar seus estudos e conhecimentos nesses instigantes temas.

Parabéns ao coordenador e aos autores, que propiciam, a todos nós, operadores do direito ou curiosos ávidos pelo saber, este percuciente estudo produzido com muito carinho e excepcional qualidade.

Brasília, verão de 2022.

**Marco Aurélio Gastaldi Buzzi**

Ministro do STJ